

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DO MARANHÃO.**

**Proc. Digidoc n. 20856/2022**

**A ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO MARANHÃO – AMMA**, associação civil sem fins lucrativos, entidade associativa de defesa dos interesses dos magistrados integrantes do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, com sede e foro na Avenida Luís Eduardo Magalhães, nº 20, Calhau, São Luís/MA, vem, perante V.Exa., por seu Presidente, expor para ao final requerer o que segue:

1. Esta entidade tomou conhecimento, na data de hoje, 09/05/2022, de requerimento formulado pela Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Maranhão, objetivando a alteração do horário de expediente do Poder Judiciário Maranhense, a fim de que as atividades presenciais sejam desempenhadas das 08h00 às 18h00.

2. *Data venia*, a despeito dos fundamentos apresentados pela OABMA, a alteração proposta não parece ser a solução mais consentânea com os ideais de **racionalização do trabalho, eficiência e sustentabilidade**, tão caros ao Poder Judiciário.

3. Com efeito, dentre os obstáculos ao deferimento do pedido encontra-se o **AUMENTO EXACERBADO DOS GASTOS COM ENERGIA ELÉTRICA**, sobretudo porque se verifica uma imensa diferença na tarifa de energia elétrica no horário de pico, das 17h00 às 18h00, quando o preço do quilowatt/hora muito mais caro do que em outros horários.

4. Ademais, não se pode olvidar que, além de macular **a racionalização dos recursos orçamentários**, o aumento do consumo de energia elétrica atenta contra a Responsabilidade Socioambiental, na contramão da Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário, propugnada pela Resolução CNJ 400/2021.





ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS  
DO MARANHÃO

Declarada de Utilidade Pública pela Lei Estadual nº 7.537 de 14 de setembro de 2000  
Declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 3.942 de 14 de dezembro de 2000

5. A respeito, extrai-se do “Relatório de Desempenho de Sustentabilidade 2021”, elaborado pelo TJMA, que no respectivo ano houve decréscimo dos gastos do Poder Judiciário com energia elétrica, mesmo diante da retomada do trabalho presencial. Veja-se, a título ilustrativo, o seguinte trecho do aludido relatório (pág. 29):

*“Em 2021, verifica-se diminuição no consumo de energia em relação ao ano anterior e uma redução considerável de 24% em comparação a 2019. Mesmo com o retorno das atividades presenciais este ano, o TJMA conseguiu manter nível de consumo de 2020, ponto alto da pandemia, quando ocorreu a suspensão das atividades presenciais e o fechamento dos prédios do judiciário”.*

6. Para além da questão ambiental, há que se pontuar a **necessidade de racionalização do trabalho** (princípio da eficiência). Isso porque o elastecimento do horário vigente redundará em possível **dispersão dos recursos humanos**, já escassos, ante a designação de servidores para atuar em horários de menor demanda, o que desfalcaria as unidades nos momentos em que os serviços judiciais são mais requisitados.

7. É dizer, a demanda de advogados ou partes no turno vespertino é bastante reduzida, não justificando a manutenção da estrutura física e de servidores sozinhos na Unidade, em detrimento da eficiência e racionalização do trabalho.

8. Acresça-se a isso o fato de que a alteração do horário de trabalho implicará na redução da qualidade de vida dos servidores e magistrados (prejuízo ao meio ambiente de trabalho), o que, possivelmente, redundará em perda de produtividade.

9. Por outro lado, não há nenhum indicativo de que eventual ampliação do horário elevará a eficiência ou mesmo a celeridade no julgamento dos feitos, pelo contrário, poderá haver decréscimo de produtividade, conforme restou pontuado.

10. Ademais, também preocupa a questão da afetação da **segurança nos Fóruns**, particularmente em Municípios mais afastados dos grandes centros. Sem dúvida, o anotecer depõe contra a segurança, sobretudo em Comarcas do interior, que contam com poucos servidores, policiamento escasso, estrutura física menos robusta e onde a população costuma recolher-se mais cedo às suas residências.

11. Conforme se infere, são muitos os potenciais prejuízos advindos de eventual elastecimento do horário de expediente.

12. Lado outro, são incontáveis as razões para o reconhecimento da prescindibilidade – ou da desproporção entre meios empregados (recursos) e resultados (**proporcionalidade em sentido estrito**) – da manutenção de unidades jurisdicionais abertas em horário tão alongado (**10 horas ininterruptas**), tal como propugnado pela OABMA.

13. Com efeito, não se pode ignorar a ALTERAÇÃO DO CONTEXTO HISTÓRICO, que hodiernamente é marcado pela VIRTUALIZAÇÃO DOS PROCESSOS e pelo uso de ferramentas de atendimento remoto, a exemplo do Balcão Virtual.

14. Não se pode olvidar que o Processo Judicial Eletrônico - PJe é uma realidade em todas as unidades do Poder Judiciário do Maranhão, o que ampliou sensivelmente a consulta aos autos

processuais, de maneira ininterrupta e por meio da rede mundial de computadores, facilitando e garantindo o acesso à justiça, sem a necessidade de deslocamentos às unidades judiciárias.

15. O tema em questão foi debatido no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, nos autos do Processo n. 0004050-98.2020.2.00.0000, Relator Min. Dias Toffoli, de cujo voto condutor extrai-se, dada a sua relevância e pertinência, o seguinte excerto:

"À modernização da forma de prestar "justiça" - por meio eletrônico - corresponde a desconstrução da clássica visão do Judiciário como estrutura para entendê-lo, finalmente, como serviço, segundo o autor referência nesse assunto, Richard Susskind[22].

Ainda conforme seus estudos e prognósticos, o modelo de cortes online é uma tendência mundial e pode representar também maior acesso à Justiça, pois mais pessoas no mundo têm acesso à internet do que acesso à Justiça e a atividade jurisdicional deve ser vista como um serviço a ser prestado à sociedade ("Justice as a service") e não necessariamente como um tribunal físico, dependente de uma estrutura.

O Judiciário de hoje está de portas abertas, na maioria dos Estados, pelo menos, 24 horas por dia, sete dias por semana, por meio do processo eletrônico e dos plantões judiciários.

Nessa perspectiva, tomar como premissa da prestação jurisdicional a ideia de portas abertas em uma estrutura física leva a um silogismo falacioso, não mais integral e necessariamente verdadeiro.

Não se defende, por óbvio, a ausência de estrutura física, não é disso que se trata.

Procura-se demonstrar que a prestação jurisdicional – sobretudo com a implantação do processo judicial eletrônico e a utilização de ferramentas de videoconferências, inclusive para atendimentos de partes - tornou-se muito mais abrangente do que a antiga noção de contato presencial entre serventuários, advogados, partes e juiz -, e muito mais acessível a todos." (Destacou-se)

16. Nesse sentido, cumpre destacar que, mesmo durante os períodos mais agressivos da pandemia causada pelo Covid-19, revelou-se possível a continuidade da prestação jurisdicional, mediante a utilização de ferramentas de prestação jurisdicional em ambiente virtual, inclusive com atendimento a novas e urgentes demandas decorrentes da pandemia.

17. Como resultado, observou-se um absoluto **incremento na produtividade**, acompanhado de **impactante economia de recursos públicos**, decorrente da adoção do regime de teletrabalho. É que se constata de informações divulgadas pelo Eg. TJMA ([in https://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/501192](https://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/501192)):

Levantamento divulgado pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) aponta que a produtividade dos juízes e servidores durante a pandemia da Covid-19 alcançou cerca de 9 milhões de atos



processuais efetuados na Justiça de 1º grau, no período de 23 de março a 18 de outubro deste ano, demonstrando o crescimento gradativo do trabalho da Justiça, em todo o Estado.

Ao todo, foram computados 8.827.989 de atos judiciais e processuais. Desse total, 8.003.610 executados por secretários judiciais, assessores de juiz, oficiais de Justiça e demais servidores, no âmbito das secretarias judiciais, impulsionando os processos. Os juízes de Direito, na solução da demanda judicial, proferiram 187.510 julgamentos, 179.714 decisões e 457.155 despachos.

O relatório das atividades divulgado pela Assessoria de Informática da CGJ-MA, em 19 de outubro, acompanha a produtividade semanal dos juízes e servidores que atuam nas varas, juizados e turmas recursais desde o início da pandemia, passando pela adoção do trabalho a distância e plantão extraordinário, até a retomada do atendimento presencial e das sessões do Tribunal do Júri.

A partir do mês de julho, foram reiniciadas as sessões de julgamento do tribunal do Júri, que estavam suspensas nos meses de abril, maio e junho por conta do pico da pandemia. Ao longo de 2020 já foram realizados 265 julgamentos, com a adoção de medidas sanitárias de prevenção ao contágio, como uso de álcool em gel, distanciamento de assentos no salão do júri e uso de máscaras.

Em audiências de conciliação, os juízes homologaram 27.661 acordos na Justiça de 1º grau este ano, encerrando disputas judiciais em que ambas as partes contribuíram para resolução dos processos e saíram satisfeitas com a solução encontrada, amigavelmente.

Somente no mês de outubro, os juízes titulares das unidades jurisdicionais produziram 16.678 sentenças, 17.907 decisões e 44.421 despachos, segundo dados do sistema de monitoramento da produtividade das unidades da Justiça de 1º Grau do Maranhão, Termojuris. Os dados estão disponíveis na internet para consulta pública. Em outra frente de trabalho, o Judiciário já realizou, ao longo desse ano, 81.919 audiências, efetivadas de forma presencial ou virtual.

18. É de se concluir, portanto, que o atual horário de expediente do Poder Judiciário não importou em qualquer prejuízo à atividade jurisdicional, verificando-se, por outro lado, no aludido período, incremento da produtividade e importante economia de recursos públicos.

19. Do exposto, requer-se:

a) a habilitação da **Associação dos Magistrados do Maranhão – AMMA**, na qualidade de terceira interessada, por se tratar de demanda que afeta toda a magistratura maranhense;



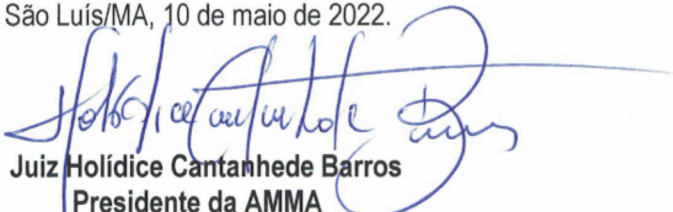
b) seja dada ciência do presente feito ao **Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão – SINDJUS**, a fim de que também possa, se entender pertinente, apresentar manifestação sobre o tema; e

c) no mérito, por todos os fundamentos apresentados, e, em especial, à luz do princípio da eficiência da Administração Pública (art. 37, *caput*, da CRFB), seja rejeitando-se o pedido de alteração do horário do expediente do Poder Judiciário do Maranhão.

d) subsidiariamente, em não sendo acolhido o pedido contido no item “c”, requer-se que o Tribunal fixe o atendimento ao público em horário reduzido, sugerindo-se o que está em vigor, de acordo com a RESOL-GP - 22021, que é de 8h (oito horas) às 13h (treze horas).

Nestes Termos. Pede deferimento.

São Luís/MA, 10 de maio de 2022.



Juiz Holidice Cantanhede Barros  
Presidente da AMMA